

PROCESSO Nº: 21.386-1/2014

ÓRGÃO : SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTE E PAVIMENTAÇÃO URBANA -SETPU

ASSUNTO : REPRESENTAÇÃO INTERNA (CONFLITO DE COMPETÊNCIA)

DESPACHO

Os autos em questão tratam sobre Representação de Natureza Interna, com pedido de medida cautelar, formulada pelo Ministério Público de Contas contra a Secretaria Estadual de Transporte e Pavimentação Urbana - SETPU, por descumprimento do Termo de Ajustamento de Gestão - TAG (Acórdão nº 1.093/2013-TP).

O Conselheiro Antonio Joaquim declinou de sua competência, a fim de evitar qualquer nulidade processual tendo em vista que o relator do Termo de Ajustamento de Gestão foi o Conselheiro Sérgio Ricardo, ao qual, a princípio, caberia o julgamento da presente representação, de acordo com o Art. 238-H, da Resolução Normativa nº 14/2007.

Com esse entendimento, o nobre Conselheiro Antonio Joaquim endereçou os autos a esta Presidência, para as providências necessárias.

Consta nos autos o despacho desta Presidência para o Conselheiro Sérgio Ricardo, relator do Termo de Ajustamento de Gestão, em questão, para conhecimento da mencionada representação interna, e manifestação quanto à sua competência para relatar este processo.

O Conselheiro Sérgio Ricardo entendeu que o TAG não se sobrepõe a regra específica que trata da distribuição de processos, “qual seja o Regimento Interno desta Corte de Contas”. A prevalecer esta interpretação, o Conselheiro Sérgio Ricardo, estaria ferindo a regra específica da competência, matéria de ordem processual e hierarquicamente superior as demais.

Dessa forma, o eminente Conselheiro Sérgio Ricardo restituiu os autos a esta Presidência, para seguimento, nos termos do Art. 21, XV, do RITCE/MT.

Encaminhem-se os autos à Consultoria Jurídica Geral deste Tribunal para emissão de parecer acerca da controvérsia constante nestes autos.

Gabinete da Presidência, 2 de fevereiro de 2015.

(assinatura digital)

Conselheiro **WALDIR JÚLIO TEIS**
Presidente

